

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Clarice Abreu da Silva

RAÇA, RACISMO E UMBANDA NO BRASIL ATUAL

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Marcelo da Silveira Campos

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **CLARICE ABREU DA SILVA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202272115A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **RAÇA, RACISMO E UMBANDA NO BRASIL ATUAL**, desenvolvido durante o período de 10 de junho de 2024 a 15 de setembro de 2024 sob a orientação de MARCELO DA SILVEIRA CAMPOS, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

CLARICE ABREU DA SILVA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou (x) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

RAÇA, RACISMO E UMBANDA NO BRASIL ATUAL

Clarice Abreu da Silva¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma reflexão sobre o surgimento das religiões de matriz africana e o conceito de raça institucionalizado nas mesmas, mostrando a formação da Umbanda no Brasil dentro deste contexto racial. Iremos apresentar a relação entre magia e teoria social, destacando a heterogeneidade da religião afro-brasileira e a intersecção da Umbanda com as religiões de matriz africana. O intuito deste trabalho é mostrar como a raça é um fator primordial dentro e fora do sagrado, sendo assim fundamental para a formação da Umbanda no Brasil. Este trabalho tem como finalidade mostrar as religiões afro-brasileiras, a formação da Umbanda dentro do contexto racial, fazendo analogias com os antepassados, sua continuidade e a importância do rito para o resgate cultural africano. Além disso, busca evidenciar elementos religiosos que compõem a religião, a magia, a fé, demonstrando que elas são latentes e vivas, apesar das tragédias e negligências sofridas por aqueles que escravizaram os ancestrais. Todo o trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, artigos, livros e consultas a autores como fontes para os estudos. A Umbanda surgiu como uma religião moderna ressignificando a forma de enxergar o mundo e posicionando para a mobilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Umbanda, Candomblé, Afro-Religiosos, Racismo, Religião de Matriz Africana.

1. INTRODUÇÃO

A formação da Umbanda no Brasil e sua trajetória como religião brasileira de matriz africana ocorreram de maneira autêntica e estiveram profundamente interligadas com os ritos do Candomblé, adquirindo significados próprios ao longo do tempo. Cada orixá possui um papel específico dentro da religião, assim como diversos santos com significados distintos. O primeiro movimento de transição do Candomblé para a Umbanda teve início em meados da década de 1920, no Rio de Janeiro, onde foi fundado o primeiro centro de Umbanda no Brasil. Os terreiros de Umbanda destacavam a valorização dos elementos nacionais, como o Caboclo, o Preto Velho, e os espíritos das linhagens indígenas e dos escravos. Essa prática revelou uma abordagem mais centrada em rituais que incorporava elementos religiosos à cultura brasileira, numa cidade federal predominantemente branca e europeia, e representava um entrelaçamento de tradições negras com o contexto sociocultural da época.

O trabalho apresentado tem como intuito de mostrar o movimento do Candomblé a Umbanda, a formação da Umbanda no Brasil, os aspectos que integram a religião dentro e fora dos ritos e do sagrado, enfatizando a questão racial, a Umbanda, o preconceito religioso, a resistência dos afro-religiosos no Brasil, a importância da construção da Umbanda que desafia outra concepção de mundo imposta pela sociedade, fomentando espaços e mecanismos de inclusão social, transformando-se constantemente e ressignificando-se culturalmente. A construção desse trabalho é bibliográfica, os dados coletados foram qualitativos com análises de livros, artigos e pesquisas acadêmicas e materiais já publicados.

No início deste trabalho, esclarecemos os conceitos de Magia e Religião na Teoria Social para que os leitores possam entender como a religião influencia as camadas sociais e os modos de vida. No Capítulo 3, abordaremos a formação das religiões afro no Brasil, sua contribuição para a população negra e sua popularização em diferentes estados. Neste capítulo, introduziremos as religiões afro-brasileiras e os aspectos que as compõem. O Capítulo 4 será dedicado à formação da Umbanda no Brasil. Em seguida, no Capítulo 5, enfatizaremos o racismo e a intolerância religiosa, explorando os preconceitos e perseguições provenientes da Igreja Católica e das igrejas evangélicas. Por fim, o Capítulo 6, que conclui nossa pesquisa, abordará o processo de empoderamento e resistência da população negra no Brasil, oferecendo um panorama sobre a

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Marcelo da Silveira Campos.

Umbanda e a questão racial. Mostraremos as tradições, ritos e elementos que expressam toda a estética e cultura negra, além de destacar a mobilidade social que a Umbanda trouxe para a sociedade brasileira.

2. MAGIA E RELIGIÃO TEORIA SOCIAL

A Umbanda iniciou-se entre os séculos XVI e XX caracterizando como uma religião no qual possuía diversos cultos e ritos sincréticos que ressaltam a funcionalidade dos trabalhos da casa, diante disso, a Umbanda surgiu como enfoque sendo uma religião afro-brasileira atribuindo em função de suas origens negras e marginais em busca de sua legitimação social. Na estrutura dessa religião a magia era destacada nos trabalhos e funcionamento dos ritos, sendo caracterizada como importante no campo religioso. Neste sentido, para compreender a magia no âmbito do campo religioso é necessário ressaltar a passagem do

Candomblé a Umbanda que perpetua uma transição homóloga, mantendo similaridade dos elementos. Lísias Nogueira Negrão no livro *entre a Cruz e a Encruzilhada* ressaltam essa passagem transitória de ambas religiões: Segundo Negrão (1996), os processos de racionalização e moralização que transformaram a magia em religião, sem eliminá-la completamente, foram internos às suas próprias matrizes e refletem mudanças sociais mais amplas, incluindo aspectos econômicos e políticos, pelas quais a sociedade ocidental passava (p. 22).

A dicotomia religião-magia em primeiro momento poderia aparecer como relações distantes, mas ao longo da história e da formação afro-religiosas pode-se ver singularidades e uma conexão profunda, no que respalda a Umbanda em seu campo religioso, essa surge como uma religião moderna trazendo assim em seus ritos elementos que eram cultuados no Candomblé, permanecendo com as culturas, as crenças e práticas sociais das religiões de matriz africana. Sendo assim, no campo da sociologia clássica a dicotomia religião-magia passou a ser compreendida no polo da amoralidade, Durkheim e Weber foram sociólogos que defendiam essa amoralidade. De acordo com Negrão (1996), Weber, assim como Durkheim, associa a magia à amoralidade. No entanto, enquanto os conceitos de Weber são tipos ideais, ele evita a oposição radical entre magia e religião que é encontrada em Durkheim (p. 23).

Com isso, o elo magia e amoralidade advém do olhar a natureza específica da razão, neste sentido, esses autores interpretaram as práticas afro-religiosas em sua especificidade, ou seja, suas práticas dentro e fora do sagrado, caracterizando estas como impróprio e amoral. Max Weber, no seu livro *A Psicologia Social das Religiões Mundiais*, mostra que a natureza específica da religião integra a função da camada que ela representa, ou seja, do que ela produz de interesse material ou ideal, sendo assim, a classe dos afro-religiosos vista sempre como impróprio, tudo que advinha destas era carregado de estereótipos negativos que obtém o intuito de retirar toda importância e significados positivos das práticas de religiões de matriz africana. Sendo assim, Weber aponta que em toda religião acontecem modificações nas camadas sociais, modificando modos de vida em camadas muito heterogêneas, nas quais as pessoas buscam interpretar a ligação entre situações de interesse a ética religiosa, sendo assim, fazendo uma analogia ao pensamento Weberiano, compreende-se que os adeptos as religiões africanas buscam na religião todo o apagamento histórico cultural que era latente na sociedade escravista, no qual era impedindo de cultivar sua magia, o simbólico e ritos pelo preconceito estrutural e por conta do período da escravidão.

Sendo assim, o mesmo enfatiza que as associações e comunidades religiosas pertencem a um tipo de autoridade corporativa em que o poder de governar é aceito ou recusado pelos valores sagrados. Neste sentido, todos os valores religiosos, políticos e profanos são construídos para buscar legitimidade pelo poder dominante, no qual essas legitimidades são estabelecidas por um acordo e imposição por detentores de poder. Neste viés, a separação entre as esferas privada e oficial é realizada nas religiões da mesma forma que se faz no funcionalismo político ou em outros setores, ou seja, existe uma separação entre autoridade e meio de

administração. Weber enfatiza que todo esse processo de desenvolvimento é moderno, no qual prevalecem as bases de autoridade do passado que persistem até o presente.

Nesse contexto, há inúmeras interpretações que desqualificam a magia como desprovida de moralidade em dicotomia com a religião e foi durante final do século XIX e início do século XX com o surgimento da sociologia contemporânea iniciou-se estudos da sociedade enfatizando estudos mais empíricos e científicos, ressaltando daí a individualidade ao pertencimentos dos grupos, comunidades, culturas, estilos de vida e pertencimento, modificando assim uma forma clássica de pensar e trazendo uma abordagem fundamentalmente diferente as comunidades passadas para as atuais. Em relação a essa transição, Lísias Nogueira Negrão, no livro *Entre a Cruz e a Encruzilhada* mostra essa transição de pensamentos sobre religião e magia advindo da Sociologia Contemporânea, o mesmo traz como exemplo o Sociólogo Gurvitch que entende que a magia não é a avessa à moralidade, entendendo-se essa como uma afirmação do desejo e do diverso frente à moralidade.

Diante desta, apresentar-se-ia como uma moralidade de aspiração por parte de segmentos minoritários ou subordinados no interior de uma dada sociedade. Não se trataria mais, no caso deste autor, da oposição entre o individual e o social ou entre simplesmente dois tipos de atitudes diferenciadas diante do sagrado, mas de dois princípios éticos diversos representando a heteronomia ou a autonomia diante do social.

Enquanto a sociologia clássica nos sugere constituir-se a magia em desvio individualizante e transgressor, ou ainda num obstáculo a ser vencido no processo racionalizador e moralizador de constituição do mundo moderno, à sociologia contemporânea nos sugere outros caminhos, encarando-a como um dos fatores propiciadores da resistência à imposição das vigências socioculturais. (Negrão, 1996, p. 24)

Diante disso, a dicotomia religião-magia no qual era visto com um viés negativo e amoral passou a ser aceitado no campo da moralidade sendo compreendido positivamente, no que se refere no campo Umbandista, a magia passou a ser observada nas práticas do sagrado, nos cultos, ritos, oferendas e trabalhos de forças espirituais, proteção e cura.

2.1 RELIGIÃO TEORIA SOCIAL

A transição das religiões de Matrizes Africanas no Brasil, principalmente a transição do Candomblé a Umbanda surge como influência africana dos negros que vieram como escravos da África, trazendo assim um teor social perante a sociedade e os adeptos a religião. Com isso, a religião além de ser um fator espiritual-cultural ela passou ser um elemento de resistência, fuga, alicerce e consolo durante o período da escravidão, ela surge com o intuito de memorizar a escravidão, mostrando as formas de submissão e violência que os ancestrais estavam inseridos naquele período escravocrata.

No artigo "O Enigma da Religião: Religião e Sociedade em Marx, Weber, Durkheim e Bourdieu", os autores Ivoni Richter Reimer, Danilo Dourado Guerra e Eliézer Cardoso de Oliveira exploram as perspectivas desses teóricos sobre a relação entre religião e sociedade e a importância no papel da evolução social. Com relação a este artigo, Durkheim em seu estudo enfatiza a função social da religião, o mesmo ressalta a questão de toda religião ser verdadeira, mostrando a importância das suas formas sociais elementares diante do sistema que a compõem, mostrando que em cada religião existe representações fundamentais, cultos, sistemas de crenças, que apesar de toda sua diversidade elas apresentam significados e funções dentro do contexto religioso.

Neste sentido, pode-se fazer uma analogia com a corrente sociológica durkheimiana, que busca compreender o que as religiões têm em comum segundo a perspectiva de Durkheim em relação o Candomblé e a Umbanda, no qual, ambas possuem característica de resgates culturais em comuns, mesmo com diferença do surgimento, ressaltando assim, a cultura da tradição afro-religioso. No que respalda essa questão, há uma breve citação no artigo "O Enigma da Religião: Religião e Sociedade em Marx, Weber, Durkheim e Bourdieu", os autores Ivoni Richter Reimer, Danilo Dourado Guerra e Eliézer Cardoso de Oliveira discutem a concepção de Durkheim sobre a religião. Segundo Durkheim (1989), a religião é percebida como um todo composto por partes distintas e relativamente individualizadas, configurando-se como "um sistema mais ou menos complexo de mitos, dogmas, ritos, cerimônias" (p. 67).

Com isso, pode-se compreender Religião e Teoria Social como Durkheim analisou a crença religioso, no qual, possuía a divisão entre o Sagrado e o Profano, sendo assim, toda crença religiosa transcorre no sagrado e o profano procede a diferenciação entre a magia e a religião, ou seja, neste contexto a magia se manifesta na esfera individual, enquanto a religião se manifesta no campo da coletividade, da fé, englobando o indivíduo e o coletivo.

2.2 SIMBÓLICO - MÁGICO

As tradições nas religiões de matrizes africanas é o que qualifica a religião viva e latente nas sociedades Brasileiras, o simbólico e o mágico são duas dicotomias que caracteriza o sagrado e os ritos dentro e fora do campo religioso. Porém, no Brasil, essa variedade simbólica das religiões afro-religiosa tornou-se um fenômeno ideológico construído para extinguir as experiências culturais dos afro-religiosos, escravizados e colonizados.

3. RELIGIÕES AFRO NO BRASIL

As Religiões Afro resultam do processo da Modernidade no Brasil durante o Século XX, esse processo foi oriundo dos negros que vierem das pequenas nações da África, trazendo diversidade cultural, principalmente advindo com Candomblé, sendo elas: igbá, oyó, ebá, gêgê e cambinda, neste tópico, irei dar foco no processo de Modernidade com Feitiçaria: Candomblé e Umbanda no Brasil do Século XX de Reginaldo Prandi.

Durante esse processo de transição das religiões afro no Brasil observou-se um intercâmbio entre o Rio de Janeiro e a Bahia, onde ocorriam trocas para abordar os conhecimentos que cercavam a questões das religiões afro no Brasil, diante disso, foi presenciado uma coincidência entre candomblé no Rio de Janeiro e o candomblé de Nina Rodrigues e Manuel Querino na Bahia, o que trouxe elementos construtivos que descrevem perfeitamente os traços do Candomblé atual.

Um dos pontos a se destacar foi o choque cultural quando as religiões de matriz africana chegaram ao Brasil, um desses choques culturais foi a fala praticada nessas religiões, principalmente no Candomblé, no qual, os orixás que fazem parte do rito falavam apenas em lorubá, sendo assim, foi observado como os ritos possuem entidades que têm significados próprios, sendo Orixá Alá um Deus absoluto, e uma lista gigantesca de santos. Neste viés, Oxalá é o mais velho, Oxum é a mãe da água doce, Iemanjá é a sereia da água salgada, Exú é o "diabo" que anda atrás da porta, Ogum está vinculado a São Jorge, Iansã é a santa das trovoadas, e há inúmeros outros santos com seus diversos significados.

Neste sentido, as religiões afro-religiosas no Brasil sucederam vastas trocas e tradições culturais que hoje são cultuadas dentro das religiões e também fora do âmbito religioso como formas de se expressar, vestimentas e fins estéticos. Uma cultura que veio nesse processo de transição é o jogo de Búzios, no qual, nasceu na África e foi praticado pelo Pai do professor Agenor Miranda, que era diplomata brasileiro e residia no Rio de Janeiro. Além de realizar o jogo de búzios, ele recebeu a indicação para o trono do Opô Afonjá, na Bahia, que era sua atual ialorixá, Mãe Stella de Oxóssi. Entretanto, esse intercâmbio religioso entre o Rio de Janeiro e a Bahia tem se mantido constante até os dias de hoje.

3.1 CANDOMBLÉ, RITUAIS E MACUMBA

As religiões de matriz africana surgiram com o propósito de adotar práticas e rituais, provenientes das diferentes formas de crença dos povos africanos. A principal característica dessas religiões é o ritual, que

expressa a tradição simbólica e a fé dos afro-religiosos. Dessa forma, a importância da tradição no contexto sagrado, ao longo da história africana, tornou-se uma herança que deu origem a diversas manifestações sagradas na sociedade. Os ritos oriundos das sociedades nagôs e iorubá desempenhou um papel fundamental na formação do Candomblé, as nações unem adeptos que seguem ritos distintos, mas que identificam em sentidos de pertencimento religioso e práticas rituais.

Inúmeros ritos da sociedade e cultura africana tornaram-se sagrados na tradição do Candomblé. Entre eles, destaca-se o Toque de atabaques, que, além de ser uma tradição de conhecimento transmitido por gerações, também representa uma expressão artística, uma forma de comunicação e um elemento fundamental da identidade cultural. O atabaque é um instrumento de percussão com uma simbologia sagrada, cuja funcionalidade é promover a conexão entre o mundo espiritual e o material, servindo como um canal de transmissão para a conexão espiritual e a realização dos ritos durante as sessões e incorporações. Outro exemplo é o Xirê, que manifesta as danças africanas e celebra os orixás por meio dessas danças e do toque de atabaques, exaltando a presença dos orixás no terreiro e criando um espaço sagrado para a conexão com o divino. Além disso, o Ofô permite observar a cultura da musicalidade africana, sendo um momento dedicado a rezas e cânticos para pedir proteção, saúde e prosperidade durante os rituais.

“O candomblé iorubá, ou jeje-nagô, como costuma ser designado, congregou, desde o início, aspectos culturais originários de diferentes cidades iorubanas, originando-se aqui diferentes ritos, ou nações de candomblé, predominando em cada nação tradições das cidades ou região que acabou lhe emprestando o nome: queto, ijexá, efã.” (SILVEIRA, 2001, p. 44).

Observa-se que os candomblés das nações iorubá e angola foram os que mais se propagaram, sendo o primeiro um modelo para religiões dos orixás, com seus ritos e mitologias. Assim, pode-se afirmar que as tradições africanas integram uma história cultural mítica constitutiva, que reconstituiu o candomblé em uma sociedade onde as tradições predominantes são ocidentais.

Sendo assim, as religiões do Cristianismo Ocidental, como a Igreja Católica e o protestantismo, manifestaram juízos de valor discriminatórios em relação aos ritos e adeptos dessas tradições. Essas atitudes geralmente se manifestavam através de ofensas dirigidas às pessoas, aos lugares e às tradições africanas. As práticas culturais e religiosas africanas eram frequentemente vistas de maneira negativa e interpretadas de forma equivocada devido ao preconceito religioso e racial enfrentado pelas religiões de matriz africana, especialmente durante a era colonial. As religiões africanas foram demonizadas pelos colonizadores e pela cultura europeia, que impuseram suas próprias crenças e valores, promovendo assim o etnocentrismo que valoriza a cultura europeia acima de outras culturas de grupos específicos.

Com isso, os rituais oriundos da cultura africana e do Candomblé passaram a ser denominados como Macumba, um termo que passou a ser descrito de forma pejorativa e negativa. Sociedades ocidentais destacavam essas práticas como inapropriadas, fomentando preconceito e manipulação religiosa por parte de grupos e comunidades que se organizavam para demonizar e rotular os cultos afro-religiosos como possessões. Segundo Reginaldo Prandi, no artigo “Modernidade e Feitiçaria: Candomblé e Umbanda no Brasil do Século XX”, a designação local do culto aos orixás variava de acordo com a região do Brasil, sendo chamado de candomblé na Bahia, xangô em Pernambuco e Sergipe, tambor no Maranhão e batuque no Rio Grande do Sul (Prandi, 1990, p.53). O autor destaca a importância social por trás desses ritos, ressaltando que a Macumba era uma religião e uma tradição dos cidadãos pobres e marginalizados, reconhecendo nela uma tradição originalmente africana. Embora esses ritos fossem praticados por pessoas de diversas classes sociais em todas essas regiões, evidenciam um panorama da história dos negros de diferentes estratos sociais no Brasil. Nesse contexto, macumba é o termo utilizado em São Paulo, Rio de Janeiro e no Nordeste para se referir às religiões dos orixás, já tendo perdido o sentido pejorativo. O artigo também destaca que a Umbanda sofreu influência do espiritismo europeu, tornando-se assim uma religião adaptada para a sociedade moderna.

4. A UMBANDA NO BRASIL

O candomblé desempenhou um papel crucial na formação da Umbanda no Brasil. No início do século XX, especialmente nas duas metrópoles do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, surgiu um movimento conhecido

como "Do Candomblé à Umbanda", que ganhou força significativa. Por volta de 1920, foi fundado no Rio de Janeiro o primeiro centro de Umbanda, uma religião que se originou de uma dissidência do Kardecismo. O Kardecismo, por sua vez, não aceitava a presença de guias negros e caboclos, que eram considerados espíritos inferiores.

A partir de 1938, novos centros de Umbanda começaram a surgir, e em 1941, com o apoio da União Espírita Brasileira, ocorreu no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso de Umbanda. Os terreiros fundados a partir de 1920 na capital fluminense enfatizavam a valorização de elementos nacionais, como caboclos, pretos-velhos e espíritos de linhagem indígena e africana. Esses terreiros realizavam rituais que integravam elementos da cultura africana, refletindo a diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira, especialmente em um contexto de uma capital federal predominantemente branca e europeia.

Desde seu surgimento, os adeptos da Umbanda enfatizaram a importância de preservar tradições, ritos e elementos construtivos das religiões de matriz africana. Isso levou à separação entre Umbanda e Kardecismo, pois os umbandistas acreditam que a limpeza desses elementos resultaria na completa assimilação pelo modelo Kardecista, impedindo a expressão dos valores e ideais afro-religiosos. Assim, a Umbanda consolidou-se no Brasil como uma religião que valoriza a presença de entidades voltadas para a limpeza espiritual, cura e aconselhamento dos fiéis e consulentes. Diferentemente do Kardecismo, que se concentra em espíritos sofredores guiados pela doutrinação religiosa. Nesse contexto, a Umbanda representa uma grande transformação, sem simplificar o Candomblé ou seguir o modelo do Kardecismo tornando-se uma religião adaptada para a sociedade moderna

A Umbanda é caracterizada por uma estrutura fluida e descentralizada, o que a diferencia das religiões ocidentais tradicionais. Cada casa ou centro de Umbanda possui sua própria base de tradições, disciplina e administração. No que diz respeito à condução dos trabalhos e ritos, cada casa é liderada por um pai ou mãe de santo, responsável pelas cerimônias, pelas orientações espirituais e pela administração.

Um aspecto importante na Umbanda é a Hierarquia Espiritual, que inclui entidades como os Orixás e Guias, desempenhando um papel essencial na orientação dos trabalhos e na condução dos fiéis. Além disso, cada centro possui seus próprios grupos e correntes, com práticas e tradições particulares. No que diz respeito aos cargos e funções, existem diferentes papéis que ajudam a organizar e gerir as atividades da casa.

Nas tradições umbandistas, observam-se elementos da cultura religiosa africana, que se manifestam por meio de ritos espirituais em busca de proteção, conexão espiritual, cura, orientação e evolução espiritual. Os ritos são compostos por uma sequência de etapas que estruturam todo o trabalho espiritual. A Gira é um dos principais rituais da Umbanda, durante o qual os médiuns da casa incorporam entidades como pretos-velhos, Exu, Caboclos, Marinheiros e Erês, oferecendo auxílio e aconselhamento aos consulentes. Além da Gira, outros ritos são fundamentais para o início dos trabalhos espirituais, como passes e defumação, oferendas, banhos de descarrego e práticas que promovem a harmonia com o sagrado.

A importância dos ritos de passagem foi enfaticamente preservada nas religiões afro-brasileiras; ritos que são sua marca mais notável. Na carreira iniciática, cada etapa corresponde, evidentemente, ao compromisso de novas obrigações e ao alcance de novos privilégios. A passagem de uma etapa para outra não é determinada pelo tempo escalar, nem poderia, mas por aquilo que realmente o iniciado é capaz de fazer. Mais uma vez, o que conta é a experiência. Ser mais velho é saber certo, fazer mais e melhor. (SILVEIRA, 2001, p. 53).

No contexto pós-surgimento da Umbanda no Brasil, a religião e os afro-religiosos enfrentam um processo sociocultural e socioreligioso fomentado pelas religiões ocidentais, onde os valores religiosos afro-brasileiros cultuados e a espiritualidade africana desenvolvida no contexto brasileiro sofrem perseguições por parte de uma estrutura religiosa da sociedade brasileira. Isso repercute um passado latente de repressão e preconceito que era legitimado pelas igrejas evangélicas, as quais classificavam a religião como obra de demônio e desvio de erro. Neste sentido, observa-se que, além de o negro ser negado como cidadão na sociedade brasileira, a religião afro-brasileira era negada em sua existência e ritos, sendo tratada como feroz, o que retirava toda a sua importância e legitimidade.

Contudo, a Umbanda se posiciona como uma religião que incentiva a mobilidade social, aberta para todos, sem exceção de raça, classe e gênero e ressignificando a forma de enxergar o mundo. Cada indivíduo

que frequenta a Umbanda é visto como alguém capaz de mudar o mundo ao ser favorável, enfocando as questões mundanas por meio de rituais e enfatizando sempre a questão do tempo como uma perspectiva não ocidental, mas sim, acionada a vida e as concepções sobre o mundo em que se vive.

A Umbanda ocupa um lugar importante na construção da cultura brasileira, permeando a musicalidade, as danças, o cinema, a estética das cores, a culinária e até mesmo o comportamento do brasileiro. Além disso, elas trazem valores de tolerância e pluralismo, representando e respondendo à identidade nacional, que possui uma complexidade e riqueza mítica. Nesse sentido, a importância dos elementos cultuados nessas religiões e das práticas importantes que são seguidas, como o respeito à natureza, ao tempo e ao Ori, mostra a construção religiosa desafiando outras concepções de mundo impostas pela sociedade, fomentando espaços e mecanismos de inclusão social, transformando-se constantemente e ressignificando-se.

4.1 FAMILIARIDADE, MAGIA E CURA

O parentesco é um dos legados das religiões de matriz africana, criando laços entre adeptos que possuem vínculos consanguíneos dentro dos terreiros. Este laço pode ser chamado de "parentesco de santo", que se estabelece tanto pela presença de membros da mesma família biológica quanto pela conexão espiritual entre os adeptos, que compartilham o mesmo orixá ou entidade. Dessa forma, forma-se um elo que é simultaneamente espiritual e familiar.

Para fazer parte de uma religião de matriz africana, teoricamente qualquer pessoa pode se tornar membro de um terreiro, porém, essa questão é mais restrita e frequentemente relacionada a questões familiares, pois, quando alguém inicialmente diz não ter parentes na religião, eventualmente descobre-se uma conexão familiar. Neste sentido, falam que "fulano tem enredo", ou seja, refere-se a uma pessoa que tem uma relação, em última instância, com laços familiares, envolvendo entidades e orixás, possuindo assim relação familiar e ancestral, seja ela direta ou indireta com algum Orixá. A necessidade de "fazer o santo" pode estar ligada a um parente com pendências espirituais, relações não resolvidas com seus orixás, ou à herança de um orixá de antepassados. Os orixás formam suas próprias famílias e se entrelaçam com as famílias humanas, absorvendo e transmitindo traços e características entre si. As relações de parentesco frequentemente se manifestam no jogo de búzios, por ele a pessoa pode descobrir seu Orixá, sua linhagem ancestral e familiar.

"Um enredo pode dizer respeito tanto a relações entre orixás quanto a relações entre seres humanos e ainda, muito frequentemente, entre humanos e orixás. Essas relações acontecem em planos de existência diversos – o que, no caso dos orixás, tanto tem a ver com os orixás 'gerais', as entidades propriamente ditas (Oxum, Iemanjá etc.) quanto com os orixás 'individuais', que devem sua existência, salvo raras exceções, à feitura de algum filho ou filha de santo" (Flaksman, 2018, p. 127).

No Brasil, a "família de santo" é vista como uma substituta simbólica da família de sangue. Africanos escravizados, separados à força de seus parentes consanguíneos, reconstruíram seus laços de parentesco nos terreiros, recriando assim um senso de pertencimento. Na África, a família de santo e a de sangue eram a mesma, com orixás transmitidos por descendência, geralmente patrilinear. No Brasil, a escravidão e a separação forçada das linhagens levaram a uma reorganização dessas famílias. Os orixás de diferentes regiões passaram a conviver sob um mesmo lugar, assim como os africanos escravizados, que criaram novas formas de parentesco a "família simbólica" se tornou uma característica distinta das religiões de matriz africana.

O conceito de "família de santo" está profundamente enraizado nas práticas ritualísticas das religiões africanas, destacando a transformação espiritual através de uma linhagem familiar que conecta os adeptos com os orixás e entidades. Assim, a "família de santo" atua como um suporte fundamental para os praticantes, permitindo-lhes estabelecer laços espirituais e familiares tanto com as entidades quanto com outros membros do terreiro. Esse vínculo cria uma rede de apoio essencial para o desenvolvimento do médium, sendo crucial para a cura. A rede de apoio proporcionada pela "família de santo" oferece suporte durante rituais de cura e possibilita que os adeptos recebam orientação e proteção, fortalecendo suas conexões com o mundo espiritual e também proporcionando um reencontro com a ancestralidade familiar.

5. RACISMO E UMBANDA

Advindo de uma abolição tardia da escravidão no Brasil, a população negra e sua cultura enfrentam consequências que perpetuam desigualdades sociais, políticas e financeiras, além de perpetuar o que pode ser chamado de racismo estrutural. As religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, sofrem ataques diários no Brasil devido à sua histórica associação com a África e a população negra. A repulsa às religiões de matriz africana teve início no período escravocrata, quando pessoas negras eram consideradas inferiores, incapazes, e proibidas de praticar sua fé, sendo obrigadas a adotar a fé cristã hegemônica como única forma de salvação.

Portanto, ao discutir os termos intolerância religiosa e racismo, é possível compreender que essa categoria é fundamentada em experiências de discriminação e preconceito decorrentes da identidade étnico-racial-religiosa.

Ana Paula Mendes de Miranda aborda essa questão em seu artigo "A 'Política dos Terreiros' contra o Racismo Religioso e as Políticas 'Cristofascistas'". Nesse contexto, para entender o racismo e a Umbanda, é crucial destacar as perseguições enfrentadas pelas religiões afro-brasileiras, concebendo assim a vitimização delas. Isso advém de denúncias na mídia, apelos às autoridades e mobilizações dos adeptos afro-religiosos no espaço público para reivindicar seus direitos, exemplificando o que pode ser chamado de intolerância religiosa.

Diante disso, percebe-se que esse fenômeno não se restringe apenas a um problema social e de conflito de valores e crenças, mas também se configura como uma questão pública que requer ação por parte das autoridades e instituições.

5.1 IGREJA E UMBANDA

Com o surgimento da Umbanda, a Igreja passou por um processo de reiteração e reafirmação da autoridade hierárquica romanizada, proclamando-se como a única religião brasileira legítima e a única via de diálogo e intermediação com o povo e o Estado durante a ditadura Vargas. Assim, a Igreja Católica nunca mencionava a Umbanda e, quando o fazia, tratava essa religião como "baixo espiritismo". Esse processo de apagamento foi prolongado, e somente no final da década de 1940 a Igreja Católica declarou abertamente sua posição contra a Umbanda, reconhecendo-a suas práticas como uma religião adversária. Consequentemente, o Estado alinhou-se por muito tempo aos pensamentos da Igreja Católica, atuando como um aliado, o que resultou na perseguição aos cultos e práticas de origem africana até o final da Ditadura Vargas.

A Igreja Católica desempenhou um papel proeminente nas perseguições às religiões de matriz africana, destacando uma desigualdade de poder, ao lado dos evangélicos pentecostais, que emergiram como uma força democrática no reordenamento do campo religioso brasileiro. Invalidando a prática afro-religiosa, fomentou-se a desigualdade religiosa, racial, cultural, étnica e moral. Os valores religiosos afro-brasileiros, que celebram a espiritualidade africana adaptada ao contexto brasileiro, sempre foram alvo de repressão por uma estrutura repressiva na sociedade, incluindo igrejas e autoridades policiais. Isso reflete um passado de repressão e preconceito que era legitimado por algumas igrejas, que classificavam tais religiões como obra do demônio e desvios do correto. Dessa forma, observa-se que além da negação da cidadania para negros na sociedade brasileira, as religiões afro-brasileiras eram negadas em sua existência e ritos, sendo desacreditadas e despojadas de sua importância e legitimidade.

5.2 INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

O termo "intolerância religiosa" refere-se a experiências de discriminação e preconceito direcionadas a indivíduos com crenças ou religiões diferentes. Essa discriminação frequentemente se manifesta por meio de atitudes agressivas, ofensivas ou formas de violar a dignidade religiosa do outro, resultando em práticas que negam o direito à liberdade de crença e culto, fomentando a exclusão social e marginalização de determinados grupos religiosos. Neste caso, a intolerância religiosa contra os afro-religiosos perpetua no Brasil devido a base religiosa evangélica e dos pentecostais, tendo uma intencionalidade de infringir o pertencimento identitário étnico-racial-religioso. No Brasil, os conflitos contra os praticantes de religiões afro-brasileiras são agravados pela interseção de desigualdades raciais e de classe, além do preconceito contra uma tradição religiosa de origem africana e do racismo epistêmico. Essa discriminação é amplificada pelo apoio institucional

e social a grupos que legitimam a intolerância e a violência contra os afro-religiosos, perpetuando a marginalização e estigmatização dessas práticas culturais e espirituais.

Esta categoria é marcada por experiências de discriminação e preconceito decorrentes do pertencimento étnico-racial-religioso, é perceptível que os conflitos são agravados pelos benefícios e privilégios concedidos aos cristãos no Brasil que tem forte apoio do Estado, sendo este o principal agente que legitima a provocação e discriminação. Nesse sentido, já é possível concluir que a intolerância religiosa direcionada aos povos de terreiro é um "problema nacional", devido à visibilidade que o tema tem adquirido, à centralidade da discussão sobre a presença dos grupos evangélico-pentecostais no espaço público, e à gravidade de seu impacto. Como discutido por Ana Paula Mendes de Miranda em seu artigo "A 'Política dos Terreiros' contra o Racismo Religioso e as Políticas "Cristofascistas" (2021), o ressurgimento da intolerância religiosa na cena pública pode ser interpretado como uma forma de "discriminação cívica", um conceito proposto por Cardoso de Oliveira (2002) que destaca a prevalência da moralidade sobre o respeito aos direitos formais, transformando o reconhecimento desses direitos em meras manifestações de consideração e deferência.

Assim, a atuação pública visa proporcionar aos religiosos, independentemente de cor, raça e gênero, o reconhecimento como sujeitos públicos, agregando umbandistas e candomblecistas em fóruns de luta. No entanto, a intolerância religiosa precisa ser abordada a partir de uma concepção pós-moderna de tolerância, que reconhece as diferenças entre os sujeitos e promove intervenções políticas institucionais sobre os limites da cidadania, como um processo de interação social. No caso da "política dos terreiros", essas fronteiras são construídas através da inclusão de narrativas sobre a igualdade de direitos e expressam expectativas sobre a atuação do Estado para conter aqueles que são identificados como opressores.

Portanto, pode-se afirmar que as religiões afro-religiosas estão sob ataque de uma concepção cristã e racista, e que o Estado deve ser responsabilizado por garantir o direito de denunciar esses ataques como baseados em preconceitos que promovem uma ideologia de supremacia de determinado grupo, ressurgindo um pensamento colonial passado.

5.3 OS ATAQUES AOS AFRO-RELIGIOSOS

A intolerância religiosa e o racismo estão presentes na sociedade brasileira desde o período colonial, manifestando-se através de inúmeras formas de violência, ataques e preconceitos que afetam o cotidiano dos adeptos dessas religiões. Esses problemas persistem e impactam profundamente a vida das pessoas, criando desafios contínuos para a convivência e o respeito mútuo.

A BBC News Brasil, em uma notícia publicada em 29 de janeiro de 2023 e atualizada em 30 de janeiro de 2023 por André Bernardo, intitulada "Liberdade religiosa não é realidade: os duros relatos de ataques por intolerância no Brasil", apresenta relatos e denúncias de ataques por intolerância religiosa no Brasil e como esse cenário tem aumentado progressivamente. Segundo a reportagem, "o número de denúncias de intolerância religiosa no Brasil aumentou 106% em apenas um ano. Passou de 583 em 2021 para 1.200 em 2022, uma média de três por dia. O Estado recordista foi São Paulo (270 denúncias), seguido por Rio de Janeiro (219), Bahia (172), Minas Gerais (94) e Rio Grande do Sul (51). A maior parte das denúncias foi feita por praticantes de religiões de matriz africana, como umbanda e candomblé. Seis em cada dez vítimas são mulheres. Só nos primeiros 20 dias de 2023, o Disque 100, canal para denúncias de violações de direitos humanos, registrou 58 ocorrências."

Uma matéria publicada no G1 pelo Fantástico em 21 de janeiro de 2024, intitulada "O Brasil tem aumento de denúncias de intolerância religiosa; veja avanços e desafios no combate ao crime", aponta que "o registro de denúncias sobre intolerância religiosa feitas ao Disque 100, um serviço do governo, cresceu, sobretudo após 2021, um ano depois do início da pandemia de Covid-19. Também aumentaram as violações, que são os diversos tipos de violência relatados. Em 2018, foram registradas 615 denúncias de intolerância religiosa no Brasil. O número saltou para 1.418 em 2023, um aumento de 140,3%. Já o número de violações passou, no mesmo período, de 624 para 2.124, um aumento de 240,3%. Entre 2022 e 2023, o aumento das denúncias foi de 64,5% e o de violações, de 80,7%. Em 2023, os registros saltaram. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia são os que mais têm denúncias."

Em outro dado disponibilizado pelo Gov.br, publicado em 21 de janeiro de 2024 e atualizado em 1º de fevereiro de 2024, intitulado "No Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, MDHC reforça canal de denúncias e compromisso com a promoção da liberdade religiosa", é mostrado que, de acordo com os dados do Disque Direitos Humanos – Disque 100, o número de violações por intolerância religiosa cresceu 80% entre

2022 e 2023. As religiões de matriz africana continuam como as mais afetadas pela violência e intolerância religiosa. Os estados do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo chamam a atenção pelo grande número de ocorrências desses casos.

5.4 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Diante de toda a perseguição da Igreja e do Estado às religiões e culturas de matriz africana, os afro-religiosos se organizam estrategicamente através da mobilização política dos terreiros como resposta às perseguições "crisofascistas". Ana Paula Mendes, em seu artigo "A 'Política dos Terreiros' contra o Racismo Religioso e as Políticas 'crisofascistas'", menciona eventos que destacaram a questão da intolerância religiosa, como manifestações em Aracaju, Brasília, Maceió e Rio de Janeiro. Esses eventos evidenciaram a organização dos religiosos para expor as violências a que são submetidos, desmistificando a ideia de que os afro-religiosos não se organizam politicamente e associando a mobilização à esfera pública para discutir estratégias de enfrentamento.

Em resposta à luta dos afro-religiosos e ao histórico de violência e apagamento racial-cultural, o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa foi instituído em 2007 pela Lei 11.635, durante a segunda gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em memória de Gildásia dos Santos, conhecida como Mãe Gilda. A Iyalorixá baiana teve sua casa e terreiro invadidos por um grupo fundamentalista de outra religião. Com a saúde fragilizada, agravada pelos ataques, Mãe Gilda faleceu em 21 de janeiro de 2000, vítima de infarto.

Eventos e leis como este enfatizam a importância de registrar os crimes nos quais os afro-religiosos estão envolvidos, destacando que a iniciativa de criminalizar os casos de intolerância é um ato político de reconhecimento de direitos, rompendo com a suposta passividade provada pela repressão, violência, extinção e apagamento histórico. Isso traz uma estratégia de resistência e institucionalização aos terreiros umbandistas.

6. SAGRADO E RITO

A Umbanda no Brasil se apresenta como uma religião moderna, buscando resgatar todo o conhecimento que foi suprimido pelo terrorismo cultural, preconceito, discriminação e violência perpetrados por aqueles que escravizaram seus ancestrais e que ainda hoje discriminam os afro-religiosos, afirmando a superioridade da civilização ocidental branca. Para manter sua existência viva, a comunicação do Axé é fundamental nos rituais sagrados, sempre enfatizando as tradições ancestrais e transmitindo ensinamentos espirituais às gerações futuras.

Além da resistência cultural-religiosa, as comunidades religiosas valorizam profundamente os ritos cerimoniais realizados nos terreiros, centrados em diversas falanges espirituais como Pretos Velhos, Boiadeiros, Ciganas, Exus, Erês, Marinheiros e os diversos Orixás, cada um com sua função mediúnica específica. Cada terreiro possui um funcionamento próprio durante os rituais sagrados, variando na escolha da falange que inicia e termina os trabalhos, mas todos com o objetivo comum de preservar a fé e os ensinamentos ancestrais. Seguem uma tradição hierárquica que também reflete as posições sociais dentro do terreiro.

"Chegamos ao ponto culminante do nosso xirê. Aqui a heterogeneidade se afirma, plena de axé, no canto forte do griot e no toque acelerado do adarrum. Pisando firme no espaço sagrado dos orixás, dos ancestrais, do mito e do rito, a dança também se acelera. E do peito do griot explode um oriki tonitroante de conclamação à luta, imagem terrível de Xangô Justiceiro. Pontuado pelo ritmo candente dos atabaques, aqui e ali marcadamente nomeados, o brado ecoa vibrante, arremetendo contra a "descivilização ocidental" (NASCIMENTO, 1995, p. 82).

Consequentemente, a importância do rito para a Umbanda se forma para enfatizar o resgate cultural africano, enfatizando as pluralidades de entidades e Orixás, que são latentes e vivos por todas as tragédias e negligências sofridas. Outro ponto na dicotomia sagrado-rito é a dualidade da heterogeneidade da ideologia ocidental, no qual, dentro da sua natureza tinha o objetivo de controle absoluto da exigência totalitária da homogeneidade, um controle de um só Deus, de uma classe e raça, enquanto, as religiões de matriz africana

fomentam a heterogeneidade que se evidencia de axé, das misturas das classes, raças no canto, no toque acelerado dos instrumentos, nas danças e no espaço sagrado dos orixás.

6.1 RESSIGNIFICANDO CULTURALMENTE

A ligação africana com as raízes afro-brasileiras apresenta uma dicotomia que se encontra na chegada da Umbanda ao Brasil. No livro "Orixás: Os Deuses Vivos da África" de Abdias Nascimento, o autor explora como essa dualidade emerge e oferece um caminho para entender a história das religiões afro-religiosas.

Neste contexto, é crucial compreender a "Patologia Social do Branco", estudada pelo sociólogo Guerreiro Ramos. Esta patologia enfatiza a necessidade do brasileiro de se identificar como branco e europeu. No entanto, para entender esse cenário, é essencial destacar que toda essa ligação surge de uma estrutura econômica e política que confere prestígio e poder ao homem branco em nossa sociedade, negando assim a plena cidadania às pessoas negras. Apesar do Brasil ter sido construído inteiramente pelo trabalho africano, o país se consolidou sob um padrão europeu que promove a ideologia de supressão da descendência africana e de suas raízes culturais.

Observa-se que a estratégia desse genocídio está na ideologia do embranquecimento, cujo objetivo é branquear toda a população, cultura e ritos, impondo ao povo afro-brasileiro a compulsão social para "melhorar a raça". Isso cria uma estrutura de poder na qual o grupo negro é subjugado a uma posição inferior, perdendo tudo o que foi construído ao longo de sua existência. Assim, o negro nesta sociedade é discriminado desde o nascimento, devido à sua origem africana, enfrentando limitações, injúrias e até exclusão pelo regime político do Brasil, que, embora se autodenomine democrático racialmente, na prática, respalda apenas o critério branco europeu.

Eufemisticamente, exigem que nós, negros, sejamos brasileiros. Na verdade, isto quer dizer que o negro precisa se aculturar, se assimilar, ou seja: embranquecer. pelo menos "por dentro". Somente na condição de "negro de alma branca" poderá o negro ser brasileiro, pois a alma brasileira não é negra. Internalizando os conceitos reinantes de "Cultura" e de "Estética", exclusivamente europeus, o negro é levado a renegar suas raízes, tradições e criações culturais oriundas da África. Essa estratégia de dominação não difere dos processos descritos por Albert Memmi e Frantz Fanon, em suas clássicas análises da subjugação mental, psicológica, intelectual, e cultural dos oprimidos em qualquer contexto da colonização europeia. (Fanon, 1983, Memmi, 1965). (NASCIMENTO, 1995, p. 37).

Entretanto, após todo apagamento histórico racial e cultural, os afro-religiosos firmaram a resistência e destacaram a importância de reintegrar na história da Humanidade o que foi excluído das religiões de matriz africana e dos afro-religiosos. Esse movimento teve início em 1920, no século XX, e continua presente na sociedade brasileira. As comunidades afro-brasileiras, após a transição do Candomblé para a Umbanda, surgiram com o intuito de enfatizar como a beleza e o divino podem ser encontrados na negritude. Além disso, ressaltam que todos podem se reunir com base em sua herança divina comum, fortalecendo assim a liberdade através da cultura, arte, cores e símbolos fundamentais na vida dos afro-religiosos. Neste contexto, surge um movimento de ressignificação do passado, buscando reverter toda especulação negativa e preconceito dirigido às religiões de matriz africana e seus adeptos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho foi caracterizar e consolidar a trajetória da formação das religiões de matriz africana no Brasil, abordando todo o contexto histórico que envolve a transição de dois movimentos importantes: a chegada do Candomblé e a formação da Umbanda no território brasileiro. A partir das leituras, foram observadas relações dicotômicas que englobam questões sociais, econômicas e raciais, as quais

interferiram no processo de formação de um campo religioso em um país onde os espaços religiosos e sociais eram predominantemente influenciados por um padrão europeu centralizado.

A partir das leituras realizadas, observou-se ao longo da formação histórica afro-religiosa diversas singularidades que influenciaram o Candomblé e a Umbanda no campo religioso. Uma dessas singularidades foi a dicotomia religião-magia, inicialmente vista pela sociologia clássica como amoral, mas que, com o advento da sociologia moderna, passou a ser reconhecida como um aspecto de moralidade. Nesse sentido, iniciou-se uma nova perspectiva em relação às religiões de matriz africana e seu campo religioso, onde a magia passou a ser observada nas práticas do sagrado, nos cultos, ritos, oferendas e trabalhos espirituais de proteção e cura.

Ao longo desta pesquisa, observamos que as religiões de matriz africana no contexto religioso brasileiro foram alvo de preconceito religioso, racismo e intolerância religiosa devido à sua origem africana e ao legado do período escravagista vivenciado pelo Brasil. Isso resultou em um forte movimento de repulsa aos afro-religiosos e a tudo que remetia à cultura e ao pertencimento africano.

Além disso, pode-se observar, durante a pesquisa, como a formação das violências contra os afro-religiosos se consolidou no território brasileiro, ocasionando um problema nacional e institucional que prevalece na atual sociedade. Isso cria um cenário político-social-racial de desigualdade e preconceito, interferindo na liberdade dos afro-religiosos para cultivar sua fé, cultura, tradição e reafirmação identitária, bem como na valorização de suas tradições e de seu território.

Outro ponto analisado durante a pesquisa foi a forma de organização dos grupos afro-religiosos, nos quais estes se unem para manter as tradições ancestrais, os ensinamentos e normas. Isso traz uma forma de posicionamento na sociedade brasileira e reafirmação da cultura e do pertencimento africano, modificando a especulação negativa e o preconceito que foram associados às religiões de matriz africana e seus adeptos, e trazendo uma nova forma de ressignificar a cultura africana.

Sendo assim, observamos que as religiões de matriz africana no campo religioso brasileiro possuem uma forte ligação com a questão racial devido ao processo de escravidão durante o período colonial, quando tanto as religiões quanto os afro-religiosos foram alvos de perseguição devido à sua origem e raça. Esse histórico de repressão contribuiu para a institucionalização da questão racial, já que essas religiões eram perseguidas por estarem relacionadas aos afrodescendentes. Nesse sentido, as religiões de matriz africana passaram a ser vistas como uma identidade étnica e uma resistência cultural, desempenhando assim um papel importante na resistência afro contra a hegemonia cultural e religiosa dominante. Portanto, a institucionalização da questão racial se integra na formação da identidade cultural, incluindo a luta por direitos civis e contra a discriminação, reafirmando o reconhecimento legal das religiões de matriz africanas e suas práticas, e enfatizando que a questão racial se institucionaliza devido à interseção histórica de discriminação e perseguição racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC NEWS BRASIL. **Intolerância religiosa: Brasil tem mais de uma denúncia por dia e casos vão desde agressões até destruição de terreiros.** 23 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64393722>> . Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **No Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, MDHC reforça canal de denúncias e compromisso com promoção da liberdade religiosa.** 18 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/no-dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa-mdhc-reforca-canal-de-denuncias-e-compromisso-com-promocao-da-liberdade-religiosa/>>. Acesso em: 12 set. 2024.

FLAKSMAN, Clara. “De sangue” e “de santo”: O parentesco no candomblé. MANA, v. 24 n. 3, p. 124-150, 2018.

G1. **Brasil tem aumento de denúncias de intolerância religiosa; veja avanços e desafios no combate ao crime.** 21 jan. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/01/21/brasil-tem-aumento-de-denuncias-de-intolerancia-religiosa-veja-avancos-e-desafios-no-combate-ao-crime.ghtml>> . Acesso em: 12 set. 2024.

ISAIA, A Cesar. **Umbanda: Umbanda: A exegese da Magia**. Revista Brasileira das Religiões. ANPUH, Ano V, n. 14, p. 72 – 81, set. 2012.

MARINHO, P. M. de Castro. **Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social**. Revista Sociedade e Estado, v. 37 n. 2, p. 489-510, maio/ago. 2022.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **A “política dos terreiros” contra o racismo religioso e as políticas “cristofascistas”**. Debates do NER, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 17-54, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **Orixás – Os Deuses Vivos da África**. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1995

NASCIMENTO, Abdias do. **Axés do Sangue e da Esperança – Orikis**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1983

NEGRÃO, Lísias. **Entre a cruz e a encruzilhada**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996

PRANDI, R. **Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no brasil do século XX**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 2 n. 1, p. 49-74, 1º sem, 1990.

PRANDI, R. **O candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 47, p. 44-58, 2001.

PRANDI, R. **Sobre as religiões afro-brasileiras (About Afro-Brazilian Religions)**. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 11, n. 29, p. 10-12, 27 mar. 2013. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2013v11n29p10

REIMER, Ivoni; GUERRA, Danilo; OLIVEIRA, Eliezer. **O enigma da religião: religião e sociedade em Marx, Weber, Durkheim e Bourdieu**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano XI, n. 32, p. 175-189, set/dez. de 2018.

WEBER, Max. **A psicologia social das religiões mundiais**. Ensaios de Sociologia; 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 309-346.